

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A vida em corte no Rio de Janeiro Oitocentista (1808-1821)

Anelise Martinelli Borges de Oliveira*

Resumo: Durante o *Ancien Régime* europeu, os manuais de etiqueta norteavam os padrões de comportamento social na vida em corte. Com a transludação da corte portuguesa para os trópicos em 1808, os códigos de conduta europeus também influenciaram os costumes da sociedade fluminense oitocentista. Desta forma, o estudo do comportamento refinado trazido pela Família Real, e sua consequente apropriação pela elite fluminense, poderá esclarecer a respeito da alteração do “modus vivendis”, dentro da sociedade abastada do Rio de Janeiro, constituindo-se como um guia de instrumento diferenciado e hierarquizado. A instalação da corte portuguesa levou o país, e principalmente a capital à uma efervescência cultural que não se tinha presenciado nos três séculos de colonização.

Palavras-chave: Rio de Janeiro – Corte – Período Joanino.

Abstract: During european *Ancien Régim*, the etiquett manuals leded the standard social behavior in life of the court. With variety portuguese’s court for tropics in 1808, the european conduct codes influenceded too the custom of the fluminense’s society oitocentista. In fact, the study of polite behavior bringed to Real’s Family, and your appropreiate for fluminense elite, will clarify the alteration of “modus vivendis”, inside rich society, constituting as istrument different and hierarchic. The installation portuguese court propotionated the country, and the capital, a cultural evolution what no verify in the three century of the conlonization.

Keywords: Rio de Janeiro – Court – Joanino Period.

O século XIX foi um período bastante peculiar na História do Brasil. Em 7 de março de 1808 a corte lusitana desembarcava no porto da praça do Rio de Janeiro - após uma parada involuntária na Bahia - contando com cerca de 15.000 almas. A transmigração da corte real para os trópicos ocorreu devido a discrepâncias políticas e diplomáticas enfrentadas por Portugal em relação à França de Napoleão Bonaparte, desde fins do século XVIII. O projeto de transferência da corte não era novo, porém foi impulsionado pelo avanço das tropas napoleônicas na Península Ibérica. Segundo Dom Rodrigo de Souza Coutinho, amigo e conselheiro de Dom João, o único meio pelo qual Portugal continuaria a possuir hegemonia política seria a transladação da comitiva real - e com ela o que havia de mais importante e significativo materialmente - para os trópicos (LIMA, 1996). Um dia após sua chegada, o

* Mestranda na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

príncipe regente decretava a abertura dos portos ao comércio internacional. O estabelecimento da corte no ultramar trouxe conseqüências significativas para o Rio de Janeiro, que nesse momento deixava de ser a capital da colônia, tornando-se sede da Monarquia portuguesa. No mesmo ano, chegava ao litoral fluminense cerca de noventa navios estrangeiros - em sua maioria europeus (LUCCOCK, 1942) - abarrotados de mercadorias destinadas à mais nova clientela consumidora. O Rio de Janeiro tornou-se referência do Império, pois se transformara na sede político-administrativa do governo e no local onde o rei e sua corte passaram a residir. “Ao tempo da chegada de Dom João VI, era o Rio de Janeiro capital mais no nome do que de fato. A residência da corte foi que começou a bem acentuar-lhe a preeminência, foi que a consagrou como centro político, intelectual e mundano.” (LIMA, 1996:87). A consagração mostrou-se ainda maior em 1815, quando o Brasil foi elevado à Reino Unido de Portugal e Algarves. Tal fato estabeleceu o início da construção de uma identidade propriamente brasileira e um primeiro passo para a emancipação política.

O palco fluminense se modificava gradualmente a partir da transladação real, pois havia a necessidade da nobreza transplantada em adequar o seu novo local de moradia à realidade vivenciada em Portugal. De maneira processual, o Rio de Janeiro foi se tornando uma espécie de laboratório do processo civilizacional que atingira o Brasil oitocentista. “Maior porta de entrada das novidades européias, o Rio de Janeiro passou a ser o local de desfile e difusão, para todo o Império, do progresso, das novas diversões e práticas culturais, da moda e dos valores requintados.” (VAINFAS, 2002:176).

Durante os quinze anos em que permaneceu nos trópicos, D. João VI voltou suas atenções para a criação de instituições culturais e formas de sociabilidade leigas. O monarca promoveu a transformação da arquitetura urbana do Rio de Janeiro, trazendo especialistas da área¹ (PINASSI, 1998), o aumento de escolas médicas, palestras científicas ministradas por viajantes europeus e maior propagação de idéias com a imprensa. Os primeiros jornais surgiram com a introdução de material tipográfico, e em setembro de 1808 é editado o jornal “Gazeta do Rio de Janeiro”. Um dos objetivos do governo imperial era de reestruturar a camada abastada fluminense à uma ambientação europeizante. D. João institucionaliza o tribunal “Desembargo do Paço”, que continha o nome das obras estrangeiras que poderiam circular no Brasil, abre a Biblioteca Real e estabelece a Imprensa Régia. Em 1810 é inaugurada a Academia Militar e dois anos mais tarde o Real Teatro de São João. A instalação da corte portuguesa levou o Brasil, e principalmente a capital a uma efervescência cultural

¹ Em 1816 o Brasil foi palco da chamada Missão Francesa. Criada com o intuito de embelezar e higienizar os costumes urbanos e mudar o estilo paisagístico, a Missão trouxe para os trópicos os artistas Debret, Neukomm, Montigny, Auguste Taunay, dentre outros.

que não se tinha presenciado nos três séculos de colonização. Além dessa remodelação do espaço urbano, o governo imperial favorece a imigração de artistas e cientistas estrangeiros para os trópicos. Debret, Ernst Ebel, Spix & Martius, são alguns dos artistas e cientistas que desembarcaram no Rio de Janeiro após a abertura dos portos em 1808. Com a colaboração estrangeira em diferentes campos de estudo, o Brasil se tornava conhecido no exterior por meio de livros e revistas européias que publicavam notícias sobre o cotidiano do país.

Devido à abertura do comércio, a importação de artigos de luxo aumenta significativamente. Os padrões de etiqueta baseavam-se nas regras francesas, assim como a importação das tendências do refinado vestuário cortês². A vida comercial no centro da cidade fluminense nunca havia sido presenteada em tanta qualidade e quantidade nas opções. Surgem joalherias, escolas de danças, livrarias, sorveterias, alfaiatarias, cabeleireiros nas principais ruas do Rio de Janeiro. A sociabilidade ia se sobrepondo, de maneira gradual, a uma intimidade doméstica. Houve um “movimento de transformação dos costumes no sentido de um maior refinamento das maneiras.” (MALERBA, 2000, 158).

A sociedade fluminense procurava se espelhar no modelo de comportamento fino das cortes européias, principalmente da francesa, berço da *civilização* ocidental, composta de uma corte suntuosa e única. (ELIAS, 1987).

Porém, não apenas de urbanidade e civilidade se compunham a capital imperial. Da transladação em 1808, o que se verificou foi um cenário atípico para a corte lusitana. As ruas, estreitas e sujas, eram depósitos de tinhas e tigres que continham as necessidades fisiológicas dos moradores. O espaço público fluminense era sinônimo de

[...] um chão úmido e feio, prenhe de lagoas verdes e podres, com logradouros públicos cobertos de tiririca e de sapé, crianças nuas, pretos resmungões e animaes à solta; praças despidas de arborização e de beleza, betesgas e alfujas immundas, estreitas e um casario réles, velho e desmoronante [...].(EDMUNDO, 1945:755).

Fazia-se, pois, necessária a criação de instituições que pudessem vigiar as transgressões e combater a anarquia moral, como a “Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado”, órgão controlador da ordem pública criado em 1808. Também era indispensável uma higienização do espaço público no sentido de deter a propagação de miasmas proporcionados pela população marginal e negra. Havia, uma realidade difusa, que acoplava dois extremos: em uma extremidade o aspecto físico glamouroso e em outra os setores mais

² Uma dama de bom gosto deveria ter em seu armário vestidos de veludo, tafetá, seda, musselina, ornamentados com bordados, flores, filós e babados. Muitas vezes, homens e mulheres exageravam na composição da indumentária, visto que o clima tropical brasileiro muito se diferia do inverno europeu. (MALERBA, 2000:171-174).

pobres do meio urbano. Na análise de Lúcia Bastos das Neves: um *país real* composto de escravos e um *país oficial* reproduzido pela elite (In VAINFAS, 2002, 546).

A adequação aos modos de comportamento ideais se configurava com maior ênfase na sociedade cortês, baseada na realeza de mérito adquirida por serviços prestados junto ao rei³ (ARMITAGE, 1943) e na nobreza de linhagem. Com a finalidade de obter um maior distanciamento em relação às demais camadas, o refinamento dos bons costumes foi sendo acolhido pelas elites no Rio de Janeiro. Tamanha distribuição de mercês proporcionou uma certa rivalidade entre portugueses e brasileiros, que agora se igualavam nas práticas cortesãs.

Os cortesãos procuravam se modelar de acordo com o padrão que ocupavam na hierarquia social. De vários feitiços eram os manuais de boas maneiras em que se espelhavam. Além dos livros-manuais e jornais editados aqui e no exterior, a literatura também contribuiu para a propagação das mudanças comportamentais humanas. O desenvolvimento da imprensa foi de suma importância nesse contexto, posto que exercia um papel pedagógico e persuasivo, legitimando uma forma ideal de civilização a ser seguida pelos leitores. Destinados à camada superior letrada, os manuais davam mostras do requinte no qual a sociedade deveria se modelar.

Vários modelos de sociabilidade foram apresentados à camada social abastada: o emprego da fala moderada e comedida, o permanente uso do guardanapo durante as refeições, a troca de talheres entre um e outro prato, o tratamento para com criados e superiores, o trajeito duma donzela se portar durante o baile, o *savoir-vivre*, enfim a “correta” apropriação da etiqueta primordial para a diferenciação entre a corte e as demais camadas⁴.

A introdução dos manuais de boa conduta em território brasileiro influenciou visivelmente a vida pública e privada do homem cortês da capital fluminense. Era preciso se ter auto-controle mesmo na vida privada, pois é a partir dela que se terá domínio nas atitudes em público. Os códigos de etiqueta aconselhavam reserva, moderação e prudência na vida social. Seria uma espécie de “teatralidade” (BALANDIER, 1982) da vida em sociedade, representada por símbolos distintivos capazes de promover a identificação com determinados grupos sociais e o distanciamento em relação a outros. Segundo Balandier, todo governante que possui poder político pode obter a subordinação de seus súditos através da teatralidade

³ O número de insígnias (distinções titulares, condecorações de ordens de cavalaria e honrarias diversas) que Dom João concedia aos brasileiros era tão alto que tal medida acabou por desprestigiar a realeza portuguesa, perdendo no Brasil o seu caráter restrito de corte.

⁴ É importante frisar que esse processo de transformação ocorreu de modo processual. A bibliografia sobre o tema é extensa.

(jogo dramático) e da manipulação de símbolos e imagens. Por trás das formas de arranjo em sociedade está a “teatrocracia”, localizada nos bastidores da vida social dos homens.

Referências bibliográficas

- ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 3ª ed., 1943.
- BALANDIER, Georges. **As dinâmicas sociais - sentido e poder**. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora UNB, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1997.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XVI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In Revista do IEA. São Paulo: USP, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, v.1 e 2, 1978.
- EBEL, Ernst. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**. São Paulo: Companhia Nacional, v. 351, 1972.
- EDMUNDO, Luiz. **A corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 3, 1940.
- ELIAS, Nobert. **A sociedade da corte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª ed., v.1, 1994.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 9ª ed., v.2, 1958.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 4ª ed., tomo I, 1968.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1975.
- LIMA, Oliveira. **Dom João VI**. Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª ed., 1996.
- LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PINASSI, Maria Orlanda. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre- Nitheroy revista brasiliense de ciências, letras e artes.** São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público.** São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821).** São Paulo: Editora Nacional, 2ª ed., 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e de D. João VI.** Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.